

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA.

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series } (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscio o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN
AND DIU

Secretariat

ORDER

DF-9. Coop/MKTg

In supersession of Government Order no. DF-9-COOP/MKTG dated 21st September, 1964 Shri H. Krishnamurthy is hereby appointed to work as Marketing Officer in the Marketing Wing of the Cooperative Department against the sanctioned post of the Deputy Registrar of Cooperative Societies (Marketing) as sanctioned in Government Order no. DF-9-Coop/MKTg. 1965-66, dated 3rd July, 1965 with effect from the date of this Order. The conditions on which the services of Shri Krishnamurthy were obtained on loan from the establishment of the Agricultural Marketing Adviser to the Government of India and his emoluments as at present remain unchanged.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

A. F. Couto, Development Commissioner and Secretary Planning and Social Services Department.

Panjim, 17th August, 1965.

Notification

CDP/VPT/1393/65

In exercise of the powers vested in me vide Notification no. CDP/VPT/1789/64/27538, dated 6-10-1964 read with Rule 17 (ii) of the Goa, Daman and Diu Village Panchayats (Election Procedure) Rules, 1962, and in supersession of the order no. ELN/VPT/1571/63/1444 dated 17th January 1964, I hereby appoint the Law Secretary or the Under Secretary, Law, to the Government of Goa, Daman and Diu, as the officers to receive, hear and decide in the office of the Law Department appeals against the orders of the Returning Officers rejecting nomination papers for the Elections to the Village Panchayats.

A. F. Couto, Development Commissioner.

Panjim, 26th August, 1965.

Notification

CDP/VPT/1593/65

In exercise of the powers vested in me vide Notification no. CDP/VPT/1789/64/27538, dated 6-10-1964, read with Rule 4(I) of the Goa, Daman and Diu Village Panchayats

(Tradução)
GOVERNO DE GOA, DAMÃO
E DIO

Secretaria

Portaria

DF-9. Coop/MKTg

Em substituição da portaria do Governo n.º DF-9-Coop/MKTG, de 21 de Setembro de 1964, o Sr. H. Krishnamurthy, é nomeado para exercer as funções de «Marketing Officer» no «Marketing Wing of the Cooperative Department» no lugar criado de Registador adjunto de Sociedades Cooperativas (Marketing) autorizado por portaria do Governo n.º DF-9-Coop/MKTg. 1965, de 3 de Julho de 1965, com efeito a partir da data da presente portaria.

As condições em que os serviços do Sr. Krishnamurthy foram obtidos, em comissão, da Repartição do «Agricultural Marketing Adviser» do Governo da Índia e os vencimentos percebidos por ele ao presente, mantêm-se inalteráveis.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

A. F. Couto, Comissário de Fomento e Secretário do Departamento de Planificação de Serviço Social.

Pangim, 17 de Agosto de 1965.

Portaria

CDP/VPT/1393/65

No uso das faculdades que me são conferidas pela Portaria n.º CDP/VPT/1789/64/27538, de 6 de Outubro de 1964, conjugada com a norma 17(ii) de «Goa, Daman and Diu Village Panchayats (Election Procedure) Rules, 1962», e em substituição da Portaria n.º ELN/VPT/1571/63/1444, de 17 de Janeiro de 1964, designo o Secretário de Justiça ou Subsecretário de Justiça, do Governo de Goa, Damão e Dio, como entidades competentes para receber, apreciar e decidir, no Departamento de Justiça, os recursos contra as decisões dos Oficiais Escrutinadores rejeitando as candidaturas para as eleições de Panchayats Aldeários.

A. F. Couto, Comissário de Fomento.

Pangim, 26 de Agosto de 1965.

Portaria

CDP/VPT/1593/65

No uso das faculdades que me são conferidas pela Portaria n.º CDP/VPT/1789/64/27538, de 6 de Outubro de 1964, conjugada com a norma 4 (I) de «Goa, Daman and Diu Village

Election Disputes Rules, 1962, and in supersession of previous orders in this behalf, I hereby appoint the Law Secretary or the Under Secretary, Law, to the Government of Goa, Daman and Diu as the officers to hear and decide Village Panchayat election disputes by any candidate at such election or any elector, in the office of the Law Department.

A. F. Couto, Development Commissioner.

Panjim, 26th August, 1965.

Memorandum

GAD-EST-8364

In continuation of the General Administration Department Memo of even number dated 10th August, 1965, it has been decided that the work relating to Land Reforms and Natural Calamities (Flood and Fires only) shall hereafter be dealt with by the Secretary, Revenue.

K. B. Lall, Deputy Secretary, General Administration Department.

Panjim, 1st September, 1965.

General Administration Department

Notification

GAD-B-CLR-III-65

Sanction of Government is hereby accorded to the voluntary retirement of Shri Balcrishna Rama Ganecar, Bailiff in Bicholim Mamlatdar Office with effect from the date of publication of this notification according to clause 3 of article 430 of Civil Service Regulation read with article 444 *Ibid*, as he has offered 40 years of service and has completed 60 years of age.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

K. B. Lall, Deputy Secretary, General Administration Department.

Panjim, 1st September, 1965.

Office of the Collector and District Magistrate

Notification

GLR/DM/65-2357

The Rules framed under the Cinematograph Act, as published in the Government Gazette no. 18, Series I, dated 29th July, 1965, are now in force in this District and every cinematographic exhibition will require a licence and conform to such conditions as may be prescribed by the said Rules.

The Regulations that existed prior to the introduction of the Cinematograph Act, 1952, the Cinematograph Rules, 1965, stand repealed, except to the extent of savings provided by Section 4 (2) of Goa, Daman and Diu (Laws) Regulation 1962.

All the existing cinematographic exhibitions will have to conform to the standards, specifications and conditions prescribed by the said Act and Rules framed thereunder.

All the permanent cinemas, which conform to the definition as given by Rule 7 and, which were licenced under the erstwhile regulations, may continue cinematographic exhibitions till the end of this year i.e. 1965 or till the expiry of the present licence whichever is earlier.

They will have to obtain the necessary certificates and the licences from the District Magistrate, Goa, under Cinematograph Act and Rules, before the expiry of the period mentioned above, if they desire to continue their cinemas after that period.

All the travelling cinematographic exhibitions, including those given in open air or in industrial or educational institutions, should immediately apply to the District Magistrate Goa, for a licence, before 1st October, 1965, and conform to conditions in respect of the cinema exhibitions as given in

Panchayats Election Disputes Rules, 1962», e em substituição das portarias anteriores sobre o assunto, designo o Secretário de Justiça ou Subsecretário de Justiça, do Governo de Goa, Damão e Diu, como entidades para receber e decidir na Repartição de Justiça, recursos contra eleições para Village Panchayat interpostos por qualquer candidato para essas eleições ou por qualquer eleitor.

A. F. Couto, Comissário de Fomento.

Pangim, 26 de Agosto de 1965.

Despacho

GAD-EST-8364

Em continuação do despacho de 10 de Agosto de 1965, do Departamento da Administração Geral, foi resolvido que o trabalho relativo a reformas agrárias e calamidades naturais (inundações e incêndios somente) será, em diante, atendido pelo «Secretary, Revenue».

K. B. Lall, Secretário adjunto do Departamento da Administração Geral.

Pangim, 1 de Setembro de 1965.

Departamento da Administração Geral

Despacho

GAD-B-CLR-III-65

É concedida autorização do Governo para a aposentação voluntária do Sr. Balcrishna Ramã Ganecar, oficial de diligências da Repartição de Mamlatdar de Bicholim, com efeito a partir da data da publicação do presente despacho, de harmonia com a alínea 3) do artigo 430.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, conjugado com artigo 444.º *Ibid*, por ter prestado 40 anos de serviço e completado 60 anos de idade.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

K. B. Lall, Secretário adjunto do Departamento da Administração Geral.

Pangim, 1 de Setembro de 1965.

Repartição do Collector e do Magistrado Distrital

Despacho

GLR/DM/65-2357

O regulamento promulgado ao abrigo do «Cinematograph Act» e publicado no *Boletim Oficial* n.º 18, 1.ª série, de 29 de Julho de 1965, está ao presente em vigor neste distrito e qualquer exibição cinematográfica necessita de licença e subordina-se às condições que estão prescritas no referido Regulamento.

O regulamento em vigor, antes de serem promulgados «The Cinematograph Act, 1952» e «The Cinematograph Rules, 1965», fica revogado salvo no que diz respeito às excepções prescritas no n.º 2 do artigo 4.º de «The Goa, Daman and Diu (Laws) Regulation, 1962».

Todas as exhibições cinematográficas deverão subordinar-se aos padrões, especificações e condições estabelecidos no referido «Act» e no regulamento promulgado ao abrigo do mesmo.

Todas as casas de cinema permanentes que satisfaçam ao que se acha definido na norma 7 e que eram licenciadas ao abrigo do regulamento anterior poderão continuar a ter exhibições cinematográficas até o fim do corrente ano de 1965 ou até o termo da presente licença se isto for antes daquilo.

As referidas casas de cinema caso desejem continuar a ter exhibições depois do período referido no número anterior, terão de obter antes de findar o mesmo período, os necessários certificados e licenças do Magistrado Distrital de Goa, ao abrigo do «Cinematograph Act» e do respectivo regulamento.

Todos os cinemas ambulantes, incluindo os que fazem exhibições ao ar livre, em estabelecimentos industriais ou de instrução deverão requerer ao Magistrado Distrital de Goa a necessária licença, antes de 1 de Outubro de 1965 e satisfazer as condições em relação a exhibições cinematográficas conforme exigido nos Capítulos VII e VIII do regulamento. Uma

parts VII and VIII of the Rules. A copy of the application should be endorsed to Police Sub Inspector of the area. The existing travelling cinemas will be regarded as unlicensed if they do not apply for licence before 1st October, 1965.

S. S. Tinaikar, District Magistrate.

Panjim, 4th September, 1965.

Civil Administration Services

Orders

The temporary appointment of Shri Isidoro Hermogenes Gracias to the post of 3rd grade clerk of comunidades, made by order dated 26th September, 1964 published in the Government Gazette no. 40, series II, dated 3rd October, 1964 is renewed from 7th August, 1965, for a further period of one year.

Audutrao Damodar P. Sardessai — appointed temporarily Engineer of the Administration of Bardes Comunidades, in an officiating capacity with effect from the date he takes charge of the post until further orders.

By notification dated 25th August, 1965:

The following persons are appointed under the proposal of the Administration of Comunidades of Salcete, members of managing committee of Comunidades of Sanguem Taluka, for the period of 3 years from 1965-1968:

Comunidade of Astragar:

President: Gopal Crisna Sripada Porobo Dessai.
President substitute: Sadassiva Govinda Porobo Dessai.
Cashier: Casturchanda Mucunda Sinai Narcornim.
Cashier substitute: Surendra Xencora Sinai Narcornim.
Attorney: Quexova Madeva Porobo Dessai.
Attorney substitute: Ananta Tucoba Porobo Dessai.

Comunidade of Rivona:

Presidente: Naraina Rama Porobo Dessai.
President substitute: Ramanata Mucunda Porobo Dessai.
Cashier: Esvonta Vamona Porobo Dessai.
Cashier substitute: Sripada Venctexa Porobo Dessai.
Attorney: Data Ananta Porobo Dessai.
Attorney substitute: Soiru Siurama Porobo Dessai.

Comunidade of Curdi:

President: Sadassiva Govinda Porobo Dessai.
President substitute: Vassanta Data Porobo Dessai.
Cashier: Srinanga Jaganata Porobo Dessai.
Cashier substitute: Datatria Rogunata Porobo Dessai.
Attorney: Vitola Sripada Porobo Dessai.
Attorney substitute: Sricanta Rogunata Porobo Dessai.

Comunidade of Netorlim:

President: Atchuta Panduronga Porobo Dessai.
President substitute: Vinaeca Ramachondra Porobo Dessai.
Cashier: Moducar Dessai.
Cashier substitute: Datatria Rogunata Porobo Dessai.
Attorney: Gurudas Sadassiva Porobo Dessai.
Attorney substitute: Damondora Porobo Dessai.

Comunidade of Colomba:

President: Ananta Tucoba Porobo Dessai.
President substitute: Ananta Gajanana Porobo Dessai.
Cashier: Panduronga Naraina Porobo Gauncar.
Cashier substitute: Data Ananta Porobo Dessai.
Attorney substitute: Naraina Rama Porobo Dessai.

cópia do requerimento deverá ser enviada ao inspector da Polícia da respectiva área. Os cinemas ambulantes existentes serão considerados como não autorizados, se os mesmos não requererem as licenças antes de 1 de Outubro de 1965.

S. S. Tinaikar, Magistrado Distrital.

Pangim, 4 de Setembro de 1965.

Serviços de Administração Civil

Portarias

Isidoro Hermógenes Gracias — renovada, a partir de 7 de Agosto de 1965, por mais um ano, a nomeação interina para o lugar de escrivão de 3.ª classe das comunidades, efectuada por portaria de 26 de Setembro de 1964, publicada no *Boletim Oficial* n.º 40, 2.ª série, de 3 de Outubro de 1964.

Audutrao Damodar P. Sardessai — nomeado para exercer, temporariamente, o lugar de técnico de obras junto da Administração das Comunidades de Bardes, com efeito a partir da data em que tomar posse do mesmo lugar e até ordens ulteriores.

Por despacho de 25 de Agosto de 1965:

Nomeados, sob proposta da Administração das Comunidades de Salcete, os indivíduos abaixo indicados para membros das seguintes juntas administrativas das comunidades do concelho de Sanguem, durante o triénio de 1965-1968:

Comunidade de Astragar:

Presidente efectivo: Gopal Crisna Sripada Porobo Dessai.
Presidente suplente: Sadassiva Govinda Porobo Dessai.
Vogal tesoureiro efectivo: Casturchanda Mucunda Sinai Narcornim.
Vogal tesoureiro suplente: Surendra Xencora Sinai Narcornim.
Procurador efectivo: Quexova Madeva Porobo Dessai.
Procurador suplente: Ananta Tucobá Porobo Dessai.

Comunidade de Rivona:

Presidente efectivo: Naraina Rama Porobo Dessai.
Presidente suplente: Ramanata Mucunda Porobo Dessai.
Vogal tesoureiro efectivo: Esvonta Vamona Porobo Dessai.
Vogal tesoureiro suplente: Sripada Venctexa Porobo Dessai.
Procurador efectivo: Data Ananta Porobo Dessai.
Procurador suplente: Soirú Siurama Porobo Dessai.

Comunidade de Curdi:

Presidente efectivo: Sadassiva Govinda Porobo Dessai.
Presidente suplente: Vassanta Data Porobo Dessai.
Vogal tesoureiro efectivo: Srinanga Jaganata Porobo Dessai.
Vogal tesoureiro suplente: Datatria Rogunata Porobo Dessai.
Procurador efectivo: Vitola Sripada Porobo Dessai.
Procurador suplente: Sricanta Rogunata Porobo Dessai.

Comunidade de Netorlim:

Presidente efectivo: Atchuta Panduronga Porobo Dessai.
Presidente suplente: Vinaeca Ramachondra Porobo Dessai.
Vogal tesoureiro efectivo: Moducar Dessai.
Vogal tesoureiro suplente: Datatria Rogunata Porobo Dessai.
Procurador efectivo: Gurudas Sadassiva Porobo Dessai.
Procurador suplente: Damondora Porobo Dessai.

Comunidade de Colomba:

Presidente efectivo: Ananta Tucobá Porobo Dessai.
Presidente suplente: Ananta Gajanana Porobo Dessai.
Vogal tesoureiro efectivo: Panduronga Naraina Porobo Gauncar.
Vogal tesoureiro suplente: Data Ananta Porobo Dessai.
Procurador suplente: Naraina Ramá Porobo Dessai.

Comunidade of Jaqui-Nundem:

President: Gangadora Mucunda Sinai Narcornim.
 President substitute: Quexova Madeva Porobo Dessai.
 Cashier: Chondru Vitola Sinai Narcornim.
 Cashier substitute: Panduronga Naraina Porobo Gauncar.
 Attorney substitute: Naraina Rama Porobo Dessai.

By notification dated 20th August, 1965:

The opinion of the Revision Health Board which in its session dated 16-8-1965, considered Shri Alberto Antonio Henrique Fernandes alias Alberto de Lima Fernandes, officiating 3rd grade officer of the Civil Administration Services Staff, Secretary of the Office of the Mamlatdar, Canacona taluka, absolutely unfit for service as he suffers from a serious and incurable illness, is hereby accepted.

By notification dated 25th August, 1965:

The following persons are appointed under the proposal of the Administration of Comunidades of Salsete, members of the managing committee of Comunidades of Canacoca Taluka, for period of 3 years 1965-1968.

Comunidade of Canacona:

President: Biku Ezzo Naik Gaunkar.
 Substitute: Govind Babul Naik Gaunkar.
 Cashier: Gonpoti Raiu Naik Desai.
 Substitute: Morto Giblo Naik Gaunkar.
 Attorney: Vitoba Bicu Naik Gaunkar.
 Substitute: Purxotoma Siva Naik Gaunkar.

Comunidade of Cola:

President: Gurudas Pondori Porobo Desai.
 Substitute: Sadananda Sinai.
 Cashier: Balagi Bogvonta Porobo Konkar.
 Substitute: Gonoba Loximona Sinai.
 Attorney: Srinivas Visvonath Porobo Desai.
 Substitute: Minanata Voikunta Porobo Desai.

Comunidade of Nagorcem-Palolem:

President: Anandarau Vitol Sinai Rajadhex.
 Substitute: Sivrama Xabu Naik Desai.
 Cashier: Siva Cust Naik Gaunkar.
 Substitute: Gonpoti Raiu Naik Desai.
 Attorney: Govinda Babul Naik Gaunkar.
 Substitute: Anandarau Naraina Sinai.

Comunidade of Gaundongrem:

President: Anandarau Vitola Sinai Rajadhex.
 Substitute: Govinda Essu Naik Desai.
 Cashier: Paika Zatum Gaunkar.
 Substitute: Ramachondra Bikaro Naik Desai.
 Attorney: Xaba Essu Naik Desai.
 Substitute: Panduranga Apagi Naik Desai.

Comunidade of Loliem-Polem:

President: Visvambora Govinda Porobo Desai.
 Substitute: Hari Naraina Variko.
 Cashier: Zoivonta Krishn Porobo Variko.
 Substitute: Anant Mukunda Porobo Desai.
 Attorney: Purshotam Ragvendra Boto Gaunkar.
 Substitute: Naraina Vitol Porobo Gaunkar.

Comunidade of Poinguinim:

President: Kashinath Ramachondra Folo Desai.
 Substitute: Padmanaba Govind Boto Podvolo.
 Cashier: Pundolika Vitola Porobo Gaunkar.
 Substitute: Parashuram Esvonta Porobo Gaunkar.
 Attorney: Vitola Polo Gaunkar.
 Substitute: Damum Guiri Porobo Gaunkar.

Directorate of Civil Administration Services, of Goa, 9th September, 1965. — The Collector and Director, S. S. Tinaikar,

Comunidade de Jaqui-Nundem:

Presidente efectivo: Gangadora Mucunda Sinai Narcornim.
 Presidente suplente: Quexova Madeva Porobo Dessai.
 Vogal tesoureiro efectivo: Chondru Vitola Sinai Narcornim.
 Vogal tesoureiro suplente: Panduronga Naraina Porobo Gauncar.
 Procurador suplente: Naraina Rama Porobo Dessai.

Por despacho de 20 de Agosto de 1965:

Alberto António Henrique Fernandes, por outro nome Alberto de Lima Fernandes, terceiro-oficial interino do quadro geral dos Serviços de Administração Civil, Secretário da Repartição de Mamlatdar do concelho de Canacona — confirmado o parecer da Junta de Revisão, que, em sessão de 16 de Agosto de 1965, o julgou absolutamente incapaz de todo o serviço por sofrer de moléstia grave e incurável.

Por despacho de 25 de Agosto de 1965:

Nomeados, sob proposta da Administração das Comunidades de Salsete, os individuos abaixo indicados para membros das seguintes juntas administrativas das comunidades do concelho de Canacona, durante o triénio de 1965-1968.

Comunidade de Canacona:

Presidente efectivo: Biku Ezzo Naik Gauncar.
 Presidente suplente: Govinda Babul Naik Gauncar.
 Tesoureiro efectivo: Gonpoti Raiu Naik Dessai.
 Tesoureiro suplente: Morto Giblo Naik Gauncar.
 Procurador efectivo: Vitoba Bicu Naik Gauncar.
 Procurador suplente: Purxotoma Siva Naik Gauncar.

Comunidade de Cola:

Presidente efectivo: Gurudas Pondori Porobo Dessai.
 Presidente suplente: Sadananda Sinai.
 Tesoureiro efectivo: Balagi Bogvonta Porobo Concar.
 Tesoureiro suplente: Gonoba Loximona Sinai.
 Procurador efectivo: Srinivas Visvonata Porobo Dessai.
 Procurador suplente: Minanata Voikunta Porobo Dessai.

Comunidade de Nagorcem-Palolem:

Presidente efectivo: Anandarau Vitol Sinai Rajadhex.
 Presidente suplente: Sivrama Xabu Naik Dessai.
 Tesoureiro efectivo: Siva Custa Naik Gauncar.
 Tesoureiro suplente: Gonpoti Raiu Naik Dessai.
 Procurador efectivo: Govinda Babul Naik Gauncar.
 Procurador suplente: Anandarau Naraina Sinai.

Comunidade de Gaundongrem:

Presidente efectivo: Anandarau Vitola Sinai Rajadhex.
 Presidente suplente: Govinda Essu Naik Dessai.
 Tesoureiro efectivo: Paika Zatum Gauncar.
 Tesoureiro suplente: Ramachandra Bicaró Naik Dessai.
 Procurador efectivo: Xaba Essu Naik Dessai.
 Procurador suplente: Panduronga Apagi Naik Dessai.

Comunidade de Loliem-Polem:

Presidente efectivo: Visvambora Govinda Porobo Dessai.
 Presidente suplente: Hari Naraina Varico.
 Tesoureiro efectivo: Zoivonta Crisna Porobo Varico.
 Tesoureiro suplente: Ananta Mucunda Porobo Dssai.
 Procurador efectivo: Purxotoma Ragvendra Boto Gauncar.
 Procurador suplente: Naraina Vitol Porobo Gauncar.

Comunidade de Poinguinim:

Presidente efectivo: Caxinata Ramachondra Folo Dessai.
 Presidente suplente: Padmanaba Govinda Boto Podvolo.
 Tesoureiro efectivo: Pundolika Vitola Porobo Gauncar.
 Tesoureiro suplente: Paraxurama Esvonta Porobo Gauncar.
 Procurador efectivo: Vitola Folo Gauncar.
 Procurador suplente: Damum Guiri Porobo Gauncar.

Direcção dos Serviços de Administração Civil, em Goa, 9 de Setembro de 1965. — O Collector e Director, S. S. Tinaikar.

Planning and Development Department

Notification

DF-220/VET/65

Shri Jose Antonio Paulo Angustias Noronha, Manager, Government Poultry Farm, Panjim is appointed as Poultry Development Officer, in an officiating capacity with effect from 5th July, 1965 forenoon until further orders.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

R. C. Datar, Under Secretary (CD).

Panjim, 23rd August, 1965.

Revenue Department

Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)

No. LQN 34/201—Whereas it appears to the Government of Goa, Daman and Diu (hereinafter referred to as «the Govt.») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is needed for the public purpose viz. for construction of slaughter house.

It is hereby notified under the provisions of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894) that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange, or otherwise, or any outlay or improvements made therein without the sanction of the Collector after the date of this notification, will under section 24 (seventh) of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

The Government is further pleased to direct under sub-section (4) of section 17 of the said Act that as the acquisition of the said land is urgently necessary, the provisions of section 5A, of the said Act shall not apply in respect of the said land.

The Government is also pleased to authorise under Sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa.
2. The President, Bardez Municipality.

SCHEDULE

Concelho	Village	Description of the said land	Approximate area
Mapuçã	Bastora	1) Soddo-Agrachi Voss pri belonging to the Comunidade of Bastora.	923 sq. mt.
		2) Codpacha Ornachi Voss on belonging to the Comunidade of Bastora.	29 >
		3) Codpacha Varnachi Voss on belonging (believed to be) to the heirs of Santa Souza of Bastora.	18 >
		4) Sodea Agrachi Voss on believed to be belonging to the heirs of Inacio de Sa of Bastora.	832 >
		5) Sodea Agrachi Voss on believed to be belonging to Maria Rosaria Fernandes, widow of Caridade de Sa.	198 >
			2000sq.mt.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

Sripad Anant Nadkarni, Secretary (Revenue) Department, Panjim, 23rd August, 1965.

Departamento de Planificação e Fomento

Portaria

DF-220/VET/65

O Sr. José António Paulo Angústias Noronha, superintendente do Aviação do Governo, Pangim, é nomeado temporariamente e até ordens ulteriores, «Poultry Development Officer», com efeito a partir de 5 de Julho de 1965, antes do meio-dia.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

R. C. Datar, Subsecretário (CD).

Pangim, 23 de Agosto de 1965.

«Revenue Department»

Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)

N.º LQN 34/201—Considerando que o Governo de Goa, Damão e Diu (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins de construção de um açougue.

Torna-se público ao abrigo do disposto no artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)» que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector, depois da data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo do referido Act) pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. O Governo declara mais ao abrigo da alínea (4) do artigo 17.º do dito Act que, como a aquisição do terreno é de urgente necessidade, não serão aplicadas as cláusulas contidas no artigo 5-A do dito Act, ao dito terreno.

4. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do referido Act, as seguintes entidades oficiais a exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno:

1. O Collector de Goa.
2. O Presidente da Câmara Municipal de Bardes.

QUADRO

Concelho	Aldeia	Descrição do aludido terreno	Área aproximada
Mapuçã	Bastorá	1) Soddo Agrachi Voss pri, pertencente à comunidade de Bastorá.	923 m²
		2) Codpacha Ornachi Voss on, pertencente à comunidade de Bastorá.	29 >
		3) Codpacha Varnachi Voss on pertencente (supõe-se) aos herdeiros de Santa Souza de Bastorá.	18 >
		4) Sodea Agrachi Voss on pertencente (supõe-se) aos herdeiros de Inácio de Sá, de Bastorá.	832 >
		5) Sodea Agrachi Voss on pertencente (supõe-se) a Maria Rosária Fernandes, viúva de Caridade de Sá.	198 >
			2000 m²

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

Sripad Anant Nadkarni, Secretary (Revenue) Department, Pangim, 23 de Agosto de 1965.

Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)

No. LQN 25/219 — Whereas it appears to the Government of Goa, Daman and Diu (hereinafter referred to as «the Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is needed for the public purpose viz. for construction of a municipal road at Marcela.

It is hereby notified under the provisions of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894) that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange, or otherwise, or any outlay or improvements made therein without the sanction of the Collector, after the date of this notification, will under section 24 (seventh) of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a final notification to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

The Government is also pleased to authorise under Sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

- 1. The Collector of Goa, Panjim.
- 2. The President of the Ponda Municipality, Ponda.

Under clause (c) of section 3 of the Land Acquisition Act, 1894, the Government is pleased to appoint the Deputy Collector south Sub-Division Margão, who may for the time being be in charge of Taluka to perform the functions of a Collector under Section 5-A of the said Act, in respect of the said land.

SCHEDULE

Taluka	Village	Description of the said land	Approximate area
Ponda	Marcela	1) Land believed to be belonging to the Church of Marcela.	150 sq. mt.
		2) Land believed to be belonging to Shri Bhalchandra Fatu Shenvi Kenkre.	618 sq. mt.
		3) Land believed to be belonging to Shri Babu Venkatesh Shenvi Kenkre.	228 sq. mt.
		Total	996 sq. mt.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

Sripad Anant Nadkarni, Secretary (Revenue) Department, Panjim, 23rd August, 1965.

Finance Department

Order

F.1/II/4-7/65/1813

Read: Report no. DA/PA/V/52 dated 7th July, 1965 from the Director of Accounts, Panjim.

Sanction is hereby accorded for the provisional payment of final annual pension of Rs. 2,185.00 (Rupees two thousand one hundred eighty five only) to Shri Sacarama Ladu Naique, Police Guard, Grade III, who has been declared unfit for further service by Revision Medical Board on 15th December, 1961. The pension has been calculated in accordance with articles 445 and 447 of Civil Service Regulation and the limitation mentioned in article 450 *ibid* according to the basic pay corresponding to letter «Y» granted by Legislative Diploma no. 2112 dated 21st August, 1961, and conferred

«Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)»

N.º LQN 25/219 — Considerando que o Governo de Goa, Damão e Dio (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção de uma rua municipal em Marcela.

Torna-se público, ao abrigo do disposto no artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)», que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos nele feitos, sem autorização do Collector, após a data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado oportunamente no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado no *Boletim Oficial*.

O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do referido Act, as seguintes entidades a exercer as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

- 1. Collector de Goa, Pangim.
- 2. Presidente da Câmara Municipal de Pondá, Pondá.

Nos termos da alínea (c) do artigo 3.º do «Land Acquisition Act, 1894» o Governo nomeia o Deputy Collector, sub-divisão de Sul, Margão, ao presente final para esse efeito, ao abrigo do artigo 5-A do referido Act, em relação ao aludido terreno.

QUADRO

Concelho	Aldeia	Descrição do aludido terreno	Area aproximada
Pondá	Marcela	1) Terreno pertencente (supõe-se) à Igreja de Marcela.	150 m²
		2) Terreno pertencente (supõe-se) ao Sr. Bhalchandra Fatu Shenvi Kenkre.	618 m²
		3) Terreno pertencente (supõe-se) ao Sr. Babu Venkatesh Shenvi Kenkre.	228 m²
		Total	996 m²

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Dio.

Sripad Anant Nadkarni, Secretary (Revenue) Department, Panjim, 23 de Agosto de 1965.

Departamento das Finanças

Portaria

F.1/II/4-7/65/1813

Ref: Nota n.º DA/PA/V/52 de 7 de Julho de 1965 do Director da Contabilidade, de Pangim.

E autorizado o pagamento provisório da pensão anual definitiva de Rps. 2185/- (duas mil cento oitenta e cinco rupias) ao Sr. Sacarama Ladú Naique, guarda da Polícia de 3.ª classe, que foi julgado incapaz de todo o serviço pela Junta de Revisão, em 15 de Dezembro de 1961, calculada nos termos dos artigos 445.º e 447.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, com a limitação prevista no seu artigo 450.º *ibid*, conforme o vencimento-base correspondente à letra Y constante do Diploma Legislativo n.º 2112, de 21 de Agosto de 1961,

on the same group by article 1 of the Decree no. 42 325 dated 16th June, 1959.

The sanction is subject to the condition that the pensioner pays (i) the indemnity of Rs. 1015/- (Rupees one thousand and fifteen only) according to article 4 of the said Decree no. 42 325 in 96 monthly instalments, and (ii) the pension contribution of Rs. 55.10 Ps. (Rupees fifty five and ten paise) in respect of his military service, in 5 monthly instalments. The expenditure is debitable to the head of accounts «65-Pensions and other retirement benefits — A.1 Superannuation and retired allowances».

This order issues in supersession of the provisional annual pension authorised in favour of the said pensioner—*Vide* order dated 5th November, 1962 published in Government Gazette no. 52.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Dy. Secretary (Finance).

Panjim, 23rd August, 1965.

Order

F.1/II/4-7/65/1814

Read: Report no. DA/PA/V/54 dated 7th July, 1965 from the Director of Accounts, Panjim.

Sanction is hereby accorded for the provisional payment of final annual pension of Rs. 1,834-32 Ps. (Rupees one thousand eight hundred and thirty four and thirty two paise) to Shri Ussen Xa Muzavor, Police Guard, Grade III, who has been declared unfit for further service by Revision Medical Board on 1st March, 1962. The pension has been calculated in accordance with articles 445 and 447 of Civil Service Regulation and the limitation mentioned in article 450 *ibid* according to the basic pay corresponding to letter «Y» granted by Legislative Diploma no. 2112 dated 21st August, 1961, and conferred on the same group by article 1 of the Decree no. 42 325 dated 16th June, 1959.

The sanction is subject to the condition that the pensioner pays (i) the indemnity of Rs. 840/- (Rupees eight hundred and forty only) according to article 4 of the said Decree no. 42 325 in 96 monthly instalments, and (ii) the pension contribution of Rs. 37-90 Ps. (Rupees thirty seven and ninety paise) in respect of his military service, in 5 monthly instalments.

The expenditure is debitable to the head of accounts «65-Pensions and other retirement benefits — A.1 Superannuation and retired allowances».

This order issues in supersession of the provisional annual pension authorised in favour of the said pensioner—*Vide* order dated 1st October, 1962 (published in Government Gazette no. 45 dated 8th November, 1962).

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Deputy Secretary (Finance).

Panjim, 23rd August, 1965.

Order

F.1/III/4-7/65/1828

Read: Report no. DA/PA/V/60 dated 8th July, 1965 from the Director of Accounts, Panjim.

Sanction is hereby accorded for the provisional payment of final annual pension of Rs. 2,130-37 Ps. (Rupees two thousand one hundred thirty and thirty seven paise) to Shri Pedro Alberto Fernandes, Police Guard, Grade III, who has been declared unfit for further service by Revision Medical Board on 16th July, 1962. The pension has been calculated in accordance with articles 445 and 447 of Civil Service Regulation and the limitation mentioned in article 450 *ibid* according to the basic pay corresponding to letter «Y» granted by Legislative Diploma no. 2112 dated 21st August, 1961, and conferred on the same group by article 1 of the Decree no. 42325 dated 16th June, 1959.

The sanction is subject to the condition that the pensioner pays (i) the indemnity of Rs. 945/- (Rupees nine hundred and forty five only) according to article 4 of the said Decree no. 42325 in 96 monthly instalments, and (ii) the pension contribution of Rs. 47-75 Ps. (Rupees forty seven and seventy five paise) in respect of his military service in 5 monthly instalments.

The expenditure is debitable to the head of accounts «65-Pensions and other retirement benefits — A. 1 Superannuation and retired allowances».

e atribuído ao mesmo grupo pelo artigo 1.º do Decreto n.º 42 325, de 16 de Junho de 1959.

A autorização está sujeita ao pagamento, por parte do pensionista, (i) da indemnização de Rps. 1015/- (mil e quinze rupias), nos termos do artigo 4.º do citado Decreto n.º 42 325, em 96 prestações mensais, e (ii) da compensação de aposentação de Rps. 55-10 Ps. (cinquenta e cinco rupias e dez paise) em relação ao serviço militar prestado, em 5 prestações mensais.

O encargo desta pensão será satisfeito pela verba «65—Pensions and other retirement benefits — A.1 Superannuation and retired allowances».

A presente portaria substitui a portaria de 5 de Novembro de 1962, publicada no *Boletim Oficial* n.º 52.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Secretário adjunto (Finanças).

Pangim, 23 de Agosto de 1965.

Portaria

F.1/II/4-7/65/1814

Ref: Nota n.º DA/PA/V/54 de 7 de Julho de 1965, do Director de Contabilidade, de Pangim.

E autorizado o pagamento provisório da pensão anual definitiva de Rps. 1834-32 Ps. (mil oitocentas e trinta e quatro rupias e trinta e dois paise) ao Sr. Ussen Xa Muzavor, guarda da Polícia de 3.ª classe, que foi julgado incapaz de todo o serviço pela Junta de Revisão, em 1 de Março de 1962, calculada nos termos dos artigos 445.º e 447.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, com a limitação prevista no seu artigo 450.º *ibid*, conforme o vencimento-base correspondente à letra Y constante do Diploma Legislativo n.º 2112, de 21 de Agosto de 1961, e atribuído ao mesmo grupo pelo artigo 1.º do Decreto n.º 42 325, de 16 de Junho de 1959.

A autorização está sujeita ao pagamento, por parte do pensionista, (i) da indemnização de Rps. 840/- (seiscentas e quarenta rupias), nos termos do artigo 4.º do citado Decreto n.º 42 325, em 96 prestações mensais, e (ii) da compensação de aposentação de Rps. 37-90 Ps. (trinta e sete rupias e noventa paise), em relação ao serviço militar prestado, em 5 prestações mensais.

O encargo desta pensão será satisfeito pela verba «65-Pensions and other retirement benefits — A.1 Superannuation and retired allowances».

A presente portaria substitui a portaria de 1 de Outubro de 1962, publicada no *Boletim Oficial* n.º 45, de 8 de Novembro de 1962.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Secretário adjunto (Finanças).

Pangim, 23 de Agosto de 1965.

Portaria

F.1/III/4-7/65/1828

Ref: Nota n.º DA/PA/V/60 de 8 de Julho de 1965, do Director de Contabilidade, de Pangim.

E autorizado o pagamento provisório da pensão anual definitiva de Rps. 2130-37 Ps. (duas mil cento trinta rupias e trinta e sete paise) ao Sr. Pedro Alberto Fernandes, guarda da Polícia de 3.ª classe, que foi julgado incapaz de todo o serviço pela Junta de Revisão, em 16 de Julho de 1962, calculada nos termos dos artigos 445.º e 447.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, com a limitação prevista no seu artigo 450.º *ibid*, conforme o vencimento-base correspondente à letra Y constante do Diploma Legislativo n.º 2112, de 21 de Agosto de 1961, e atribuído ao mesmo grupo pelo artigo 1.º do Decreto n.º 42 325, de 16 de Julho de 1959.

A autorização está sujeita ao pagamento, por parte do pensionista, (i) da indemnização de Rps. 945/- (novecentas quarenta e cinco rupias), nos termos do artigo 4.º do citado Decreto n.º 42325, em 96 prestações mensais, e (ii) da compensação de aposentação de Rps. 47-75 Ps. (quarenta e sete rupias e setenta e cinco paise) em relação ao serviço militar prestado, em 5 prestações mensais.

O encargo desta pensão será satisfeito pela verba «65-Pensions and other retirement benefits — A.1 Superannuation and retired allowances».

This order issues in supersession of the provisional annual pension authorised in favour of the said pensioner — *Vide* order dated 15th December, 1962 published in Government Gazette no. 3 dated 18th January, 1963.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Deputy Secretary (Finance).

Panjim, 24th August, 1965.

Order

F.1/II/4-7/65/1825

Read: Report No. DA/PA/V/64 dated 8th July, 1965 from the Director of Accounts, Panjim.

Sanction is hereby accorded for the provisional payment of final annual pension of Rs. 2,185 (Rupees two thousand one hundred and eighty five only) to Shri Bogvonta Sotroba Porobo, Police Guard, Grade III, who has been declared unfit for further service by Revision Medical Board on 15th November, 1962. The pension has been calculated in accordance with articles 445 and 447 of Civil Service Regulation and the limitation mentioned in article 450 *ibid* according to the basic pay corresponding to letter «Y» granted by Legislative Diploma no. 2112 dated 21st August, 1961, and conferred on the same group by article 1 of the Decree no. 42 325 dated 16th June, 1959.

The sanction is subject to the condition that the pensioner pays (i) the indemnity of Rs. 945/- (Rupees nine hundred and forty five only) according to article 4 of the said Decree no. 42 325 in 96 monthly instalments, and (ii) the pension contribution of Rs. 50-20 Ps. (Rupees fifty and twenty paise) in respect of his military service, in 5 monthly instalments.

The expenditure is debitable to the head of accounts «65 — Pensions and other retirement benefits — A.1 Superannuation and retired allowances».

This order issues in supersession of the provisional annual pension authorised in favour of the said pensioner — *Vide* order dated 28th January, 1963 published in Government Gazette no. 8 dated 21st February, 1963.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Dy. Secretary (Finance).

Panjim, 24th August, 1965.

Order

F.1/II/4-7/65/1829

Read: Report no. DA/PA/V/59 dated 8th July, 1965 from the Director of Accounts, Panjim.

Sanction is hereby accorded for the provisional payment of final annual pension of Rs. 1,834-32 Ps. (Rupees one thousand eight hundred and thirty four and thirty two paise) to Shri Francisco Antonio da Costa, Police Guard, Grade III, who has been declared unfit for further service by Revision Medical Board on 1st October, 1962. The pension has been calculated in accordance with articles 445 and 447 of Civil Service Regulation and the limitation mentioned in article 450 *ibid* according to the basic pay corresponding to letter «Y» granted by Legislative Diploma no. 2112 dated 21st August, 1961, and conferred on the same group by article 1 of the Decree no. 42 325 dated 16th June, 1959.

The sanction is subject to the condition that the pensioner pays (i) the indemnity of Rs. 770/- (Rupees seven hundred and seventy only) according to article 4 of the said Decree no. 42 325 in 96 monthly instalments, and (ii) the pension contribution of Rs. 40-45 Ps. (Rupees forty and paise forty five only) in respect of his military service, in 5 monthly instalments.

The expenditure is debitable to the head of accounts «65 — Pensions and other retirement benefits — A.1 Superannuation and retired allowances».

This order issues in supersession of the provisional annual pension authorised in favour of the said pensioner — *Vide* order dated 28th January, 1963 published in Government Gazette no. 8 dated 21st February, 1963.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Deputy Secretary (Finance).

Panjim, 24th August, 1965.

A presente portaria substitui a portaria de 15 de Dezembro de 1962, publicada no *Boletim Oficial* n.º 3, de 18 de Janeiro de 1963, autorizando o pagamento da pensão provisória ao referido pensionista.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Secretário adjunto (Finanças).

Pangim, 24 de Agosto de 1965.

Portaria

F.1/II/4-7/65/1825

Ref: Nota n.º DA/PA/V/64, de 8 de Julho de 1965, do Director de Contabilidade, de Pangim.

É autorizado o pagamento provisório da pensão anual definitiva de Rps. 2185/- (duas mil cento oitenta e cinco rupias) ao Sr. Bogvonta Sotroba Porobo, guarda da Polícia de 3.ª classe, que foi julgado incapaz de todo o serviço pela Junta de Revisão, em 15 de Novembro de 1962, calculada nos termos dos artigos 445.º e 447.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, com a limitação prevista no seu artigo 450.º *ibid*, conforme o vencimento-base correspondente à letra Y constante do Diploma Legislativo n.º 2112, de 21 de Agosto de 1961, e atribuído ao mesmo grupo pelo artigo 1.º do Decreto n.º 42 325, de 16 de Junho de 1959.

A autorização está sujeita ao pagamento, por parte do pensionista, (i) da indemnização de Rps. 945/- (novecentas quarenta e cinco rupias), nos termos do artigo 4.º do citado Decreto n.º 42 325, em 96 prestações mensais e (ii) da compensação de aposentação de Rps. 50-20 Ps. (cinquenta rupias e vinte paise), em relação ao serviço militar prestado, em 5 prestações mensais.

O encargo desta pensão será satisfeito pela verba «65 — Pensions and other retirement benefits — A.1 Superannuation and retired allowances».

A presente portaria substitui a portaria de 28 de Janeiro de 1963, publicada no *Boletim Oficial* n.º 3, de 21 de Fevereiro de 1963.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Secretário adjunto (Finanças).

Pangim, 24 de Agosto de 1965.

Portaria

F.1/II/4-7/65/1829

Ref: Nota n.º DA/PA/V/59 de 8 de Julho de 1965, do Director de Contabilidade, de Pangim.

É autorizado o pagamento provisório da pensão anual definitiva de Rps. 1834-32 Ps. (mil oitocentas e trinta e quatro rupias e trinta e dois paise) ao Sr. Francisco António da Costa, guarda da Polícia de 3.ª classe, que foi julgado incapaz de todo o serviço pela Junta de Revisão, em 1 de Outubro de 1962, calculada nos termos dos artigos 445.º e 447.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, com a limitação prevista no seu artigo 450.º *ibid*, conforme o vencimento-base correspondente à letra Y constante do Diploma Legislativo n.º 2112, de 21 de Agosto de 1961, e atribuído ao mesmo grupo pelo artigo 1.º do Decreto n.º 42 325, de 16 de Junho de 1959.

A autorização está sujeita ao pagamento, por parte do pensionista, (i) da indemnização de Rps. 770/- (setecentas e setenta e rupias), nos termos do artigo 4.º do citado Decreto n.º 42 325, em 96 prestações mensais, e (ii) da compensação de aposentação de Rps. 40-45 Ps. (quarenta rupias e quarenta e cinco paise) em relação ao serviço militar prestado, em 5 prestações mensais.

O encargo desta pensão será satisfeito pela verba «65 — Pensions and other retirement benefits — A.1 Superannuation and retired allowances».

A presente portaria substitui a portaria de 28 de Janeiro de 1963, publicada no *Boletim Oficial* n.º 3, de 21 de Fevereiro de 1963.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Secretário adjunto (Finanças).

Pangim, 24 de Agosto de 1965.

Order

F.1/II/4-7/65/1824

Read: Report no. DA/PA/V/63 dated 8th July, 1965 from the Director of Accounts, Panjim.

Sanction is hereby accorded for the provisional payment of final annual pension of Rs. 1,402-72 Ps. (Rupees one thousand four hundred and two and seventy two paise) to Shri Visnum Gonexa Subedar, Police Guard, grade III, who has been declared unfit for further service by, Revision Medical Board on 2nd November, 1962. The pension has been calculated in accordance with articles 445 and 447 of Civil Service Regulation and the limitation mentioned in article 450 *ibid* according to the basic pay corresponding to letter «Y» granted by Legislative Diploma no. 2112 dated 21st August, 1961, and conferred on the same group by article 1 of the Decree no. 42 325 dated 16th June, 1959.

The sanction is subject to the condition that the pensioner pays (i) the indemnity of Rs. 560/- (Rupees five hundred and sixty only) according to article 4 of the said Decree no. 42 325 in 96 monthly instalments, and (ii) the pension contribution of Rs. 14-80 Ps. (Rupees fourteen and eighty paise) in respect of his military service.

The expenditure is debitable to the head of account «65-Pensions and other retirement benefits — A.1 Superannuation and retired allowances».

This order issues in supersession of the provisional annual pension authorised in favour of the said pensioner — *Vide* order dated 28th January, 1965 published in Government Gazette no. 9 dated 28th February, 1965.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Deputy Secretary (Finance).

Panjim, 24th August, 1965.

Law Department

Notification

L. D. 31/65

In exercise of the powers conferred by Section 9 of the Code of Criminal Procedure, 1898, as extended to the Union Territory of Goa, Daman and Diu, the Lt. Governor of Goa, Daman and Diu is pleased to appoint Dr. José Justino Coelho, Judge of the Comarca of Salcete, as an Additional Sessions Judge with effect from the 8th September, 1965, and until further orders and further directs that he should hold his sittings at Margão.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

P. B. Venkatasubramanian, Law Secretary.

Panjim, 3rd September, 1965.

Order

L. D. 349/65

In exercise of the powers conferred by sub-section (1) of section 401 of the Code of Criminal Procedure, 1898, as extended to the Union Territory of Goa, Daman and Diu, and of all other powers enabling him in that behalf, the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu hereby remits the punishment of «imposto de justiça» on the following persons who were convicted and sentenced to pay the said «imposto de justiça».

Quepem Jail

Sr. No.	Case no.	Name of persons
1.	20009	Panglo Monó Velipo
2.	20848	Vishnu Nonó Gauncar
3.	19408	Gopi Vassú Naique
4.	19408	Ananta Vassu Naique
5.	19408	Babú Sanvoló Naique
6.	19408	Utoma Pocló Naique
7.	19408	Bogonta Naique
8.	19868	Janú Sucdó Gãoocar
9.	19088	Prabacar Voicunta Chimulcar

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

P. B. Venkatasubramanian, Law Secretary.

Panjim, 6th September, 1965.

Portaria

F.1/II/4-7/65/1824

Ref: Nota n.º DA/PA/V/63 de 8 de Julho de 1965, do Director de Contabilidade, de Pangim.

É autorizado o pagamento provisório da pensão anual definitiva de Rps. 1402-72 Ps. (mil quatrocentas e duas rupias e setenta e dois paise) ao Sr. Visnum Gonexa Subedar, guarda da Polícia de 3.ª classe, que foi julgado incapaz de todo o serviço pela Junta de Revisão, em 2 de Novembro de 1962, calculada nos termos dos artigos 445.º e 447.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, com a limitação prevista no seu artigo 450.º *ibid*, conforme o vencimento-base correspondente à letra Y constante do Diploma Legislativo n.º 2112, de 21 de Agosto de 1961, e atribuído ao mesmo grupo pelo artigo 1.º do Decreto n.º 42325, de 16 de Junho de 1959.

A autorização está sujeita ao pagamento, por parte do pensionista, (i) da indemnização de Rps. 560/- (quinhentas e sessenta rupias), nos termos do artigo 4.º do citado Decreto n.º 42325, em 96 prestações mensais e (ii) da compensação de aposentação de Rps. 14-80 Ps. (catorze rupias e oitenta paise), em relação ao serviço militar prestado.

O encargo desta pensão será satisfeito pela verba «65 — Pensions and other retirement benefits — A.1 Superannuation and retired allowances».

A presente portaria substitui a portaria de 28 de Janeiro de 1965, publicada no *Boletim Oficial* n.º 9, de 28 de Fevereiro de 1965.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Secretário adjunto (Finanças).

Pangim, 24 de Agosto de 1965.

Departamento de Justiça

Portaria

L. D. 31/65

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 9.º do Código do Processo Penal, 1898, conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu, o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu, nomeia o Dr. José Justino Coelho, juiz da comarca de Salcete, «Additional Sessions Judge», com efeito a partir de 8 de Setembro de 1965 e até ordens ulteriores, e determina mais que o mesmo deverá ter as suas audiências em Margão.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

P. B. Venkatasubramanian, Secretário de Justiça.

Pangim, 3 de Setembro de 1965.

Portaria

L. D. 349/65

No uso das faculdades conferidas pela alínea (1) do artigo 401.º do Código do Processo Penal, 1898, conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu, e das demais faculdades conferidas para esse fim, o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu, concede remissão da pena do imposto de justiça aos indivíduos a seguir mencionados, que tinham sido julgados e condenados a pagar o mesmo imposto.

Cadeia de Quepem

N.º	N.º de processo	Nomes
1.	20009	Panglo Monó Velipo
2.	20848	Vishnu Nonó Gauncar
3.	19408	Gopi Vassú Naique
4.	19408	Ananta Vassu Naique
5.	19408	Babú Sanvoló Naique
6.	19408	Utoma Pocló Naique
7.	19408	Bogonta Naique
8.	19868	Janú Sucdó Gãoocar
9.	19088	Prabacar Voicunta Chimulcar

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

P. B. Venkatasubramanian, Secretário de Justiça.

Pangim, 6 de Setembro de 1965.

Industries and Labour Department

Order

I&L/I/1/65/3829

Read Deputy Salt Commissioner, Bombay's Order C. No. 3(29) Estt/65 dated the 7th August, 1965. In pursuance of the abovementioned order, Shri S. V. Gokhale, is appointed as Superintendent-cum-chief Chemist (Salt) on deputation from 16-8-1965, in the scale of Rs. 350-25-500-30-590-EB-30-800 for a period upto 28-2-1966 in the first instance in vacancy created by Government Order no. I&L/I/1/65/3524 dated the 12th July, 1965.

During the period of deputation he will be entitled to all allowances as applicable to other Government servants on deputation.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

B. K. Chougule, Secretary, Industries and Labour Department.

Panjim, 17th August, 1965.

Departamento de Indústrias e Trabalho

Portaria

I&L/I/1/65/3829

Referência à portaria C. n.º 3(29) Estt/65, de 7 de Agosto de 1965, do Comissário adjunto de Sal, de Bombaim. Em virtude de acima citada portaria, o Sr. S. V. Gokhale, é nomeado superintendente-químico-chefe (Salt) destacado em comissão desde 16 de Agosto de 1965, na escala de vencimentos de Rps. 350-25-500-30-590-EB-30-800, inicialmente por um período até 28 de Fevereiro de 1966, no lugar criado pela Portaria do Governo n.º I&L/I/1/65/3524, de 12 de Julho de 1965.

Durante o período da sua comissão, terá ele direito a perceber todas as gratificações aplicáveis que percebem outros funcionários do Governo, em comissão.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

B. K. Chougule, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Pangim, 17 de Agosto de 1965.